



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## INSTRUÇÃO DO PERÍODO

**Processo TC** 4090/989/16  
**Poder** EXECUTIVO  
**Município** São José do Barreiro  
**Entidade** PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO  
**Período** 10/2016  
**Relator** Dr. Edgard Camargo Rodrigues  
**Unidade Fiscalizadora** UR-14 UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETA  
**Responsável** José Milton de Magalhães Serafim  
**Cargo** PREFEITO  
**CPF** 959.188.257-20  
**Período de Gestão** 01/01/2013 a *dado não informado*

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

### 1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

## 2 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada até o Bimestre	R\$ 13.292.135,70	
Realização acumulada até o Bimestre	R\$ 16.675.358,38	
Variação	R\$ 3.383.222,68	25,4528%

Da análise do comportamento das receitas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit de arrecadação acima demonstrado.

## 2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

<b>Receitas Realizadas até o Bimestres:</b>	R\$ 16.675.358,38	
<b>Despesas Liquidadas até o Bimestre</b>	R\$ 15.914.723,30	
<b>Resultado da Execução Orçamentária</b>	R\$ 760.635,08	4,5614%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

## 2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

<b>Resultado Primário Previsto na LOA</b>	R\$ -7.952.494,83	
<b>Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO</b>	R\$ 2.197.637,95	
<b>Diferença</b>	R\$ -10.150.132,78	127,6346%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada é inferior ao consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, incompatibilidade com a meta estabelecida, devendo o órgão ser alertado, nos termos do artigo 59, §1º, inciso V, cabendo à auditoria acompanhar a realização dos ajustes nos períodos seguintes.

## 2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## 2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

## 2.6 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

Posição no exercício anterior

--	--	--

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO	R\$ 593.556,20	R\$ 2.465.398,47

#### Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO	R\$ 0.00	R\$ 1.848.402,66	R\$ 277.514,20

#### Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO	R\$ 82.508,09	R\$ 850.529,72	R\$ 2.548.109,24

Diante das baixas ocorridas aquém do parâmetro que indique a redução integral no exercício em exame, deve o órgão ser alertado, para a adoção dos ajustes necessários.

### 2.7 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2016	R\$ 8.534.778,99	R\$ 16.536.821,42	51,6108%	51,6108%
10/2016	R\$ 8.699.678,32	R\$ 17.028.915,39	51,0877%	51,6108%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 10/2016, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 51,0877%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2016, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco".

### 2.8 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 4.828.287,89
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 82.508,09
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 818.342,95
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 5.091.742,67
(=) Liquidez do Período	R\$ -1.164.305,82
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 187.641,62
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 3.870.844,19
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 122.166,70

(=) Liquidez Projetada	R\$ -4.969.675,09
------------------------	-------------------

A verificação da situação de liquidez apresenta déficit no resultado do período atual e no projetado para o exercício revelando-se desfavorável frente ao adimplemento dos compromissos, comprometendo, por consequência, a execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, fato esse que merece toda a atenção da Administração, devendo ser alertada para os ajustes necessários frente aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

### 3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

#### 3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

<b>Receita Prevista Atualizada</b>	R\$ 11.902.440,00
<b>Despesa Fixada Atualizada</b>	R\$ 3.280.340,90
<b>Índice Apurado</b>	27,5602%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

#### 3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

<b>Receita</b>	R\$ 9.557.353,05	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 2.569.085,04	26,8807%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 2.565.685,04	26,8451%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 2.524.963,10	26,4191%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF.

#### 3.3 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ -1.005.582,79	R\$ 2.822.285,89	R\$ 2.519.425,92	89,2690%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual desfavorável ao atendimento do art. 21, §2º da Lei 11.494/07.

### **3.4 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério**

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ -1.005.582,79	R\$ 2.822.285,89	R\$ 1.931.880,50	68,4509%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

### **3.5 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores**

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0.00	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 0.00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

### **3.6 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)**

O Município não forneceu dados cadastrais suficientes para a identificação das Contas Vinculadas.

## **4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE**

### **4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde**

Receita Prevista Atualizada	R\$ 11.902.440,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 2.666.900,00
Índice Apurado	22,4063%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

#### **4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada**

<b>Receita</b>	R\$ 9.557.353,05	
<b>Despesa Empenhada</b>	R\$ 2.342.422,28	24,5091%
<b>Despesa Liquidada</b>	R\$ 2.326.249,28	24,3399%
<b>Despesa Paga</b>	R\$ 2.256.740,56	23,6126%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

**Data da Geração:** 09/12/2016  
**Hora da Geração:** 22:22:36